

Matheus Barreto de Souza 

Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória, Espírito Santo, Brasil

mailto:matheus.souza.23@edu.ufes.br

RESUMO

Os desastres socioambientais são resultado da ocupação desordenada do território brasileiro, que por sua vez, é condição e produto da vulnerabilização de uma população que se aglomera em regiões reconhecidas como áreas de risco, contaminadas ou sujeitas a enchentes e deslizamentos. Nesse sentido, o enfrentamento às mudanças climáticas e às desigualdades raciais é algo que deve ser pensado de modo integrado, a fim de contemplar as dimensões das ameaças (fenômenos socioambientais) e vulnerabilidades (fenômenos sócio-históricos). Partindo da análise da trajetória da população negra no Brasil desde o período colonial, este trabalho tem como objetivo recontar a história de um desastre ocorrido em 1985 no Morro do Macaco, no Bairro Tabuazeiro, na cidade de Vitória, Espírito Santo. Como método, foi utilizado um levantamento bibliográfico e notícias em jornais impressos que noticiaram o desastre da década de 80, a fim de produzir um relato historiográfico sobre a produção de memória deste bairro. Neste contexto de ocupações irregulares que culminou no desastre ambiental devido às fortes chuvas daquele período, os resultados indicam que o processo de ocupação do Morro do Macaco foi negligenciado durante toda sua formação e evidenciado após o evento desastroso, tal como o suporte para a população desabrigada. Indicam também que, ao analisar os noticiários que relatam o desastre, há intenções de promover imaginários sobre a população através do título das matérias. O objetivo principal deste artigo é racializar o olhar sociológico sob este deslizamento e possibilitar a reflexão de outras memórias que humanizem este segmento populacional contido na região do bairro Tabuazeiro.

PALAVRAS-CHAVE: mudanças climáticas; desastres socioambientais; racismo ambiental.

INTRODUÇÃO

Ao observar a ocupação histórica do alto dos morros do espaço brasileiro, onde vivem, majoritariamente, famílias negras, torna-se evidente que a racialidade é um fator determinante para a produção de riscos e desastres no país – perspectiva que corrobora com a teoria da produção social dos riscos (ROMERO; MASKREY, 1993).

Em 1985, em Vitória, no Espírito Santo, houve um rolamento de rocha no bairro Tabuazeiro. O deslocamento da rocha de aproximadamente 150 toneladas, levou a 40 óbitos, 150 pessoas feridas, vários desaparecidos e mais de 600 famílias desabrigadas (Apêndice A – figura 1). Considerando a situação de vulnerabilidade dos atingidos, pode-se admitir que o desastre revelou a negligência administrativa do Estado em relação à questão da moradia digna.

De acordo com Smith (2006) “os contornos do desastre e a diferença entre quem vive e quem morre é, em maior ou menor medida, um cálculo social.” De acordo com Nascimento (1978) “a raça determina a posição social e econômica na sociedade brasileira” Deste modo, é evidente que o “cálculo social” também pode ser observado a partir de um “cálculo racial”, perspectiva teórica com a qual este trabalho pretende debruçar-se. Para isso, serão reunidos os aprendizados do curso de Enfrentamento às Mudanças Climáticas e ao Racismo Ambiental” promovido pelo Instituto de Referência Negra Peregum em parceria com a IYALETA – Pesquisa, Ciência e Humanidades e com o Centro Integrado de Direitos Humanos e programa de extensão da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA) para pensar de que modo, ou, em quais condições de vulnerabilidades ambientais e/ou climáticas essas pessoas foram submetidas.

Revisitar o período do Brasil Colonial é um dos caminhos para compreender os mecanismos instaurados no período do regime escravista que se dão em um continuum colonial. Tal processo, de acordo com Jesus (2020) é marcado pela falta de acesso a serviços básicos por parte da população negra e periférica. Deste modo, seja a partir de desastres como o rolamento de rocha mencionado, ou pela exposição prolongada ao cenário que reverbera cotidianamente nas condições de saúde e diminuição da longevidade, esta população está exposta a riscos socioambientais historicamente construídos.

Dado este contexto, o presente trabalho contribui para racializar o olhar sociológico sobre os desastres e inscreve-se na toada de esforços que dão base científica aos esforços políticos de garantir direitos fundamentais à população negra no Brasil, mas, especificamente a população do Morro do Macaco, assim “construindo direitos de participação e autodeterminação

nas comunidades mais ameaçadas pelos desastres ambientais” (HERCULANO, 2001).

METODOLOGIA

Este resumo trabalho usa de uma metodologia historiográfica, onde procura rever a própria construção e consolidação histórica do objeto em estudo “de modo a reconhecer seus elementos formadores, avaliados não isoladamente mas segundo seu respectivo contexto” (NASCIMENTO, MILTON 1978 p. 696), ou seja, salientar processos históricos, neste trabalho, por meio de arquivos jornalísticos da década de 80 e 90 disponibilizados. As etapas do processo da pesquisa foi composta por visitas ao arquivo público do estado do Espírito Santo e pesquisas virtuais amparadas pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), tornando possível acumular informações históricas, usando a notícia como forma de conhecimento (PARK, Robert 1976) para acessar a memória do desastre do bairro Tabuazeiro. Torna-se importante também caracterizar e fundamentar este trabalho por meio de revisão bibliográfica que soma-se a metodologia e potencializa o acervo de dados para embasar a discussão sobre o desastre em questão. Analisar as matérias jornalísticas propostas neste trabalho, tal como as imagens que evidenciam quais os moradores que residiam nesta área, são elementos importantes para a construção da estrutura do trabalho científico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise historiográfica remonta ao período colonial que “nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro; a nossa continuidade social” (FREYRE, Gilberto 1996 p. 22). Tal período estende-se até hoje e sua materialidade na contemporaneidade baseia-se na vulnerabilidade permanente de uma parcela da população brasileira, negra e empobrecida, em detrimento da manutenção dos privilégios de outra, branca e rica. Isso se exprime no cotidiano da sociedade brasileira e dita espaços de direito dentro da organização espacial e urbana, promovendo diferentes realidades socioambientais para estes grupos. Os autores COSTA e AZEVEDO (2006 p. 1) traçam este caminho de reflexão a respeito das disposições espaciais advindas do período colonial e após o período de 1888. Nesta reflexão, estes autores demonstram que escravos e escravas, não possuíam locais propícios para morar após a abolição inacabada. Assim, tiveram que ocupar outros lugares. Este movimento contribuiu para a ocupação desordenada do território brasileiro e produziu áreas de risco, contaminadas ou

sujeitas a enchentes e deslizamentos, que são, na verdade, comunidades em risco. Este é o elo que conecta o período colonial aos dias de hoje, olhando sob uma perspectiva da continuidade colonial e a permanência da vulnerabilidade – que guardadas as proporções sofrera transformações significativas em compasso ao processo de complexificação social. Neste contexto, a realidade racial e a realidade climática que multiplicam-se para produzir o desastre do Morro do Macaco (Alto Tabuazeiro) em 1985 são questões intrinsecamente conectadas (Apêndice A – figura 2).

Por muito tempo essas pessoas que procuravam um lugar habitável no qual fosse condizente à sua condição social, foram midiaticizadas como invasores que deveriam imediatamente sair do local (Apêndice A – figura 3), sem considerar que “as comunidades étnicas e pobres são forçadas a suportar uma parte desproporcional do fardo ambiental.” (HERCULANO, SELENE 2001 p. 3) de modo histórico e material todos os dias. Com os moradores do Morro do Macaco não foi diferente, em certo momento, um fragmento do texto jornalístico da A Gazeta de 1991 evidencia a ação feita pela Prefeitura de Vitória (PMV) que apresenta como um dos resultados da tragédia a responsabilização das famílias da comunidade, através de um documento assinado como exigência da prefeitura local (Apêndice A – figura 4). Pensar no projeto de genocídio da população negra, a partir dos desastres, é analisar também suas condições de moradia no qual continuam sendo submetidos e responsabilizados por isso. Veja a reflexão que Abdias faz ao analisar tais condições do negro brasileiro:

Se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa de carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta desta aptidão se deve à ausência de recurso financeiro. Nesta teia o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação – no emprego, na escola- e trancadas as oportunidades que permitiriam a ele melhorar suas condições de vida, sua moradia inclusive. Alegações de que esta estratificação é não-racial ou puramente social e econômica; são slogans que se repetem racionalizações basicamente racistas: pois a raça determina a posição social e econômica na sociedade brasileira! (NASCIMENTO, Abdias 1978 p. 85).

Deste modo, o desastre capixaba em 1985 não é um evento isolado que deva ser naturalizado enquanto um processo natural de deslizamento que ocorreu devido às fortes chuvas, pois, em diferentes localidades periféricas do estado do Espírito Santo também houveram notícias que novos deslizamentos estavam propensos a acontecer, onde o segmento populacional também assemelha-se social e racialmente aos moradores de Tabuazeiro.

Veja, “a negação da naturalidade dos desastres não é, de forma alguma, uma negação do processo natural” (SMITH, Neil 2006 p. 3) mas é preciso evidenciar o processo de construção social dos riscos. A ausência de uma carta geotécnica, planos de contingência e evacuação, entre outros materiais de proteção e defesa civil para a região do Morro do Macaco é um dos elementos que compõem esta produção social. Apesar de as ações de resposta implementadas no pós desastre desempenharem papel fundamental (Apêndice A - figura 5) é imprescindível destacar que as ações de prevenção deveriam ter sido prioridade, como as visitas prévias para mobilizar e engajar a população em torno de possíveis soluções cabíveis e dignas. Nesta mesma matéria é possível ler o resultado emergencial de saúde no qual a população do Morro do Macaco foi acometida após o desastre, os deixando vulneráveis e desmobilizando indiretamente qualquer força de reivindicação de um novo espaço, naquele momento.

De fato, essa população moradora do Morro do Macaco foi desumanizada a partir da gentrificação e responsabilizada por sua permanência nas áreas de risco. De toda forma, essa população não seguiu calada e reivindicou seu espaço de direito após 18 meses sem respostas do Ex-Governador Gerson Camata e da Prefeitura de Vitória (PMV) (Apêndice A - figura 6), e quando atendidos, foram recebidos por responsáveis que não compreendiam a atual situação de vulnerabilidade da população desabrigada. Episódio que mostra o descaso contínuo no que diz respeito a vida e segurança dessa população.

Veja, até aqui conseguimos compreender que as fortes chuvas e os desastres ambientais como os deslizamentos de encostas e pedras podem corroborar objetivamente para o processo de mortificação desse segmento populacional, o que também é advindo de uma insensibilização severa por parte das instituições e órgãos responsáveis que os desconsideram ao direito ambiental constantemente. Neste sentido negligenciar a este direito é reafirmar as condições de desigualdades sociais e raciais que compõe a sociedade brasileira desde o período colonial, e que incansavelmente estende-se às condições ambientais, de moradia, materiais de forma complexa mas que, por muitas vezes, resultam em tragédias irreversíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante considerar que as disposições climáticas, ambientais e consequentemente de moradia estão pré dispostas de formas desiguais na sociedade brasileira. O período colonial torna-se precursor para desmistificar tais condições desiguais que foram naturalizadas para as comunidades ra-

cializadas e periféricas, tal como a comunidade do Morro do Macaco, na cidade de Vitória, no Espírito Santo. O deslizamento que ocorreu em 1985, nesta localidade, evidencia o processo contínuo de negligência assistencial para essa comunidade que, devido às condições raciais e sociais pré dispostas, se instalaram em áreas íngremes. Foram noticiados constantemente como invasores, abdicando de qualquer responsabilidade de segurança para com essa população. Este lugar objetivamente traçou um caminho único para quem foi acometido pelo desastre ocorrido pelas fortes chuvas. Dessa forma, seria necessário que o Estado do Espírito Santo e a Prefeitura de Vitória (PMV) ficassem atentos para que práticas responsáveis fossem tomadas previamente e posteriormente aos desastres ambientais e climáticos. Hoje, continua sendo importante gerir políticas públicas que ampare a essa população do Morro do Macaco que cresce exponencialmente a partir do esporte, da cultura, da ciência e do trabalho. É necessário, agora, gerir essa população levando em consideração a importância da representação política de cada indivíduo para ampliação de novas perspectivas e políticas ambientais e climáticas que ampare efetivamente a geografia do espaço em questão. Sendo assim, ao longo de 38 anos, é imprescindível a garantia da justiça e do direito ambiental para comunidade do Morro do Macaco efetivamente, e que a produção de vida seja colocada em consideração para esse segmento populacional, garantindo ao bairro Tabuazeiro a possibilidade de ser memorizado de outras formas, que não apenas sob desastres. ●

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Duane Brasil; AZEVEDO, Uly Castro de (2006). Das Senzalas às Favelas: Por Onde Vive a População Negra Brasileira *Socializando*. ISSN 2358-5161. ano 3. nº1 · Jul. p. 145-154. Ceará.

DE JESUS, Víctor (2020). Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. *Saúde Soc.* São Paulo, v.29, n.2, e180519, 2020.

FREYRE, Gilberto (1996). Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Recife-Pernambuco-Brasil 4 8 a edição, 2003, *Global Editora*.

HERCULANO, Selene (2001). Justiça Ambiental: De Love Canal à Cidade dos Meninos, em uma Perspectiva Comparada. Publicado em *Justiça e Sociedade: temas e perspectivas*. Marcelo Pereira de Mello (org.) São Paulo: LTr, pp. 215 -238.

NASCIMENTO, Abdias (1978). *O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de Um Racismo Mascarado*. Fátima, Rio de Janeiro, RJ

PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento. *In: Steinberg. Meios de comunicação de massa*. São Paulo, Cultrix, 1976

ROMERO, G; MASKREY, A. Como entender los desastres naturales. *In: MASKREY, A. (ed) Los desastres no son naturales*. Cidade do Panamá: La Red. 1993

SANTOS, Milton (1995). A Questão Do Meio Ambiente: Desafios Para A Construção De Uma Disciplina Transdisciplinar. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense* n. 15, Madrid 1995 p. 695-705

SMITH, Neil (2003) Não Existe Desastre Natural. *Social Science Research Council*, Brooklyn, NY 11 de Julho.

APÊNDICE A

Figura 1 – Imagem após o deslizamento da pedra de aproximadamente 150 toneladas



DESLIZAMENTO no Morro do Macaco, no bairro de Tabuazeiro em Vitória, na década de 80. Revista do IJSN, v.4, n.2, abr/jun de 1985, p. 19. Foto de Vitor Nogueira/VIX. Vitória-ES, s.d. disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/14655>.

Figura 3 – Título da matéria jornalística diz: invasores!



Atrás dessa bonita paisagem de Tabuazeiro de Dentro, escondem-se muitos problemas para os moradores

Tabuazeiro ainda sofre os problemas de sua origem

A primeira impressão de quem visita Tabuazeiro, bairro próximo a Maruípe e São Cristóvão, é a de estar em um lugar muito tranquilo, considerando-se o baixo movimento de veículos em suas estreitas ruas, a presença de aposentados conversando na beira das calçadas ou mesmo as crianças jogando uma pelada à sombra das árvores. Porém o certo ar bucólico, típico de cidades interioranas, vai aos poucos desaparecendo. E, se até bem pouco tempo os moradores não conviviam com problemas como assaltos, hoje as queixas se multiplicam, numa amostra de que Tabuazeiro não ficou imune à violência urbana que se acentua a cada dia nos bairros de Vitória.

Com uma geografia muito acentuada, Tabuazeiro, na verdade, é dividido em duas partes que os moradores convencionaram chamar de Tabuazeiro de Dentro e Tabuazeiro de Fora. Para o fato são poucas as explicações, mas há quem esclareça que a denominação ocorreu porque a primeira parte está situada num vale, enquanto na segunda a ocupação foi se processando no morro. Os bairros com construções residenciais arrojadas em meio a casbres e uma favela em formação vão se transformando em bairros classe média, embora não possuam qualquer infra-estrutura, sendo completa a ausência de equipamentos comunitários.

RESULTADO DE INVASÃO

Como em muitos bairros de Vitória, a ocupação da maior parte de Tabuazeiro de Fora resultou de uma invasão e muitos moradores ainda não possuem escritura dos terrenos. Uma das mais antigas moradoras do bairro, Carmosina Coutinho de Souza Silva, comentando as atuais ocupações de terra em Vitória, explicou que quem invadia terrenos há 30 anos atrás não enfrentava problemas como agora — “A gente não tinha que correr e nem temer a Polícia” — acrescentando que uma moradora do bairro, cujo nome preferiu omitir, era proprietária de grande extensão de terra e permitiu que alguns moradores residissem em parte do terreno, embora não lhes tivesse dado escritura e ainda hoje “os que passaram a morar no lugar são vistos como invasores”.



ano passado três carros foram roubados no conjunto e há pouco tempo ladrões forçaram o pegaladrão de seu apartamento, o que a levou a trocar a porta de Eucatex por uma de maca-naíba.

Algo que chama a atenção de quem passa por esta parte de Tabuazeiro é o Recreio dos Olhos — com aproximadamente 10 mil metros quadrados — uma espécie de chácara que, se inicialmente foi aberta à comunidade, hoje já não é mais. Seu proprietário, Walter Conde Paganotto, explicou que ao fundá-la há quase dois anos havia a participação comunitária, mas, em consequência da depredação de dependências físicas, como sanitários, área do bar e as duas quadras de esporte, além da destruição das plantas, passou a adotar um sistema que classificou de semifechado, embora permita a visitação.

Atualmente, a frequência ao Recreio dos Olhos está restrita a 30 firmas, entre as quais o Banespa, a Xerox, o Banco Auxiliar e setores da CVRD e da CST, entre outros, que contribuem trimestralmente com Cr\$ 40 mil. Explicou que a idéia de criar o Recreio era bastante “velha”, e conhecia casos semelhantes em outros Estados. “Este tipo de exploração me motivou a entrar rápido no negócio, mas, mesmo pensando em explorar o local comercialmente, trabalhando com firmas, os portões foram abertos à comunidade. Só que, infelizmente, o mau uso levou-me a não continuar permitindo a participação da comunidade”.

A Tribuna, Vitória-ES, 19/06/1983, cad. 1, p.7, c. 1-2. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/329075>

Figura 3 – Título da matéria jornalística diz: invasores!

Invasores do morro do Macaco saem amanhã

A Tribuna, Vitória-ES, 05/07/1988, p.11, c.1-2. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/322977>

Figura 4 – Exigência de responsabilização pela Prefeitura

Os bombeiros subiram o Morro do Macaco e conversaram com moradores

Famílias assinam documento

Assinar um termo de conhecimento de que estão morando em área de risco foi a exigência feita ontem pela Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) a vários moradores do Morro do Macaco. Pelo menos quatro famílias assinaram o documento e permanecerão no local até a decisão final da prefeitura.

Esse termo, segundo o coordenador municipal de Defesa Civil, Sandoval Pedrosa Martins, é necessário para garantir que a população saiba do perigo que está correndo ao permanecer no local.

O número total de termos assinados não foi fornecido. Pelo menos quatro pessoas de uma mesma família que moram vizinhas umas das outras, preencheram o termo: Claudinéia Neto, Ilzamir Ildebrando, Antônio de Paula Neto e Benedita Jorge da Penha.

Todos informaram que moram no local porque pagavam antes aluguel em outro morro e não tinham mais condições de fazê-lo. Benedita Jorge da Penha, 44 anos, que mora com o marido e três filhos na zona de risco, disse que qualquer chuvinha faz com que a noite seja passada em claro.

“Mas não tenho para onde ir. Quando amanhece e vejo que nada aconteceu, dá um alívio. Mas se a prefeitura tirar a gente daqui teremos que procurar outro local para morar. Não sei como vou fazer”, disse.

Já Antônio de Paula Neto disse que se tiver que morrer, morrerá em qualquer lugar, e por isso não tem medo de viver com a mulher num terreno bem próximo a algumas pedras soltas.

Segundo ele, numa pedra localizada pouco acima de seu barraco ainda estão soterradas uma mulher e uma criança, vítimas da tragédia de janeiro de 1985.

Apesar de morar no morro há um ano e não ter presenciado a tragédia, Antônio disse que outros moradores falaram sobre o ocorrido. Onde foi construído seu barraco havia sido destruída uma casa durante o deslizamento de pedras em 1985.

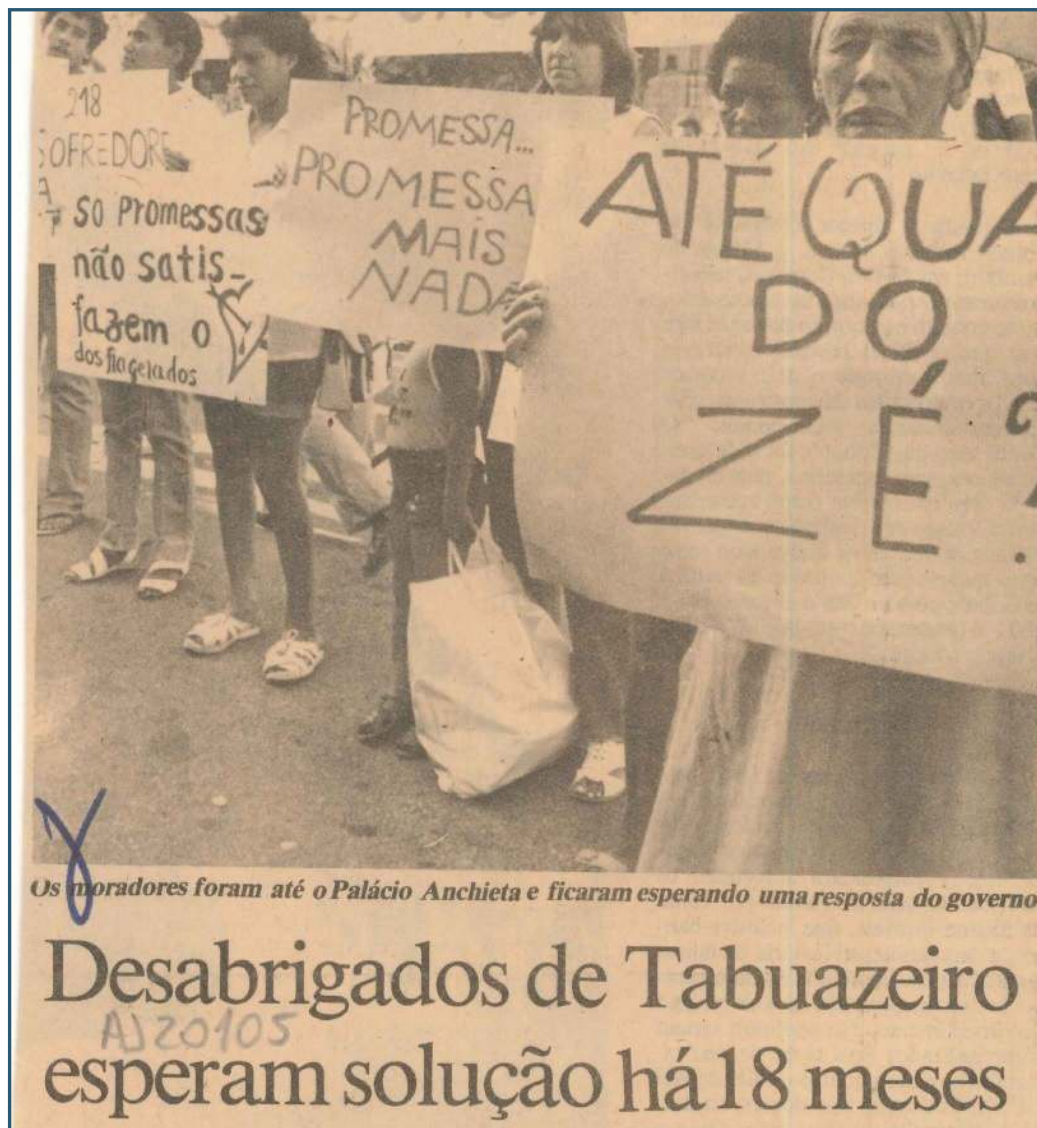
A Tribuna, Vitória, ES, 19/02/1991, cad.1., p.10/ c.1-4. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/323384>.

Figura 5 – O noticiário A Gazeta diz sobre a visita de especialistas no local e condições de saúde degradantes após desastre



Noticiário A Gazeta sobre novos deslizamentos em Tabuazeiro, em Vitória, na década de 80. Arquivo GZ. Disponível em: http://biblioteca.ijns.es.gov.br/ConteudoDigital/20160624_aj03126_encostas_deslizamentos.pdf.

Figura 5 – Desabrigados de Tabuazeiro esperam soluções há 18 meses



A Tribuna, Vitória, ES, 19/02/1991, cad. 1, p. 10, c. 1-4. Disponível em: http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20161021_aj20105_bairro_tabuazeiro_vitoria.pdf

Artigo recebido em: 07/08/2024

Artigo aprovado em: 02/10/2024

Artigo publicado em: 22/10/2024

Esta obra adota a licença
Creative Commons CC-BY 4.0
Atribuição 4.0 Internacional

